CIRO GRYNBERG

EMPRESA E DIREITOS FUNDAMENTAIS

O DEVER CONSTITUCIONAL DE DEVIDA DILIGÊNCIA
NO EXERCÍCIO DE ATIVIDADE ECONÔMICA

PREFÁCIO
LUÍS ROBERTO BARROSO

APRESENTAÇÃO
ANA PAULA DE BARCELLOS

FORUM

CIRO GRYNBERG

Luís Roberto Barroso
Prefácio

Ana Paula de Barcellos
Apresentação

EMPRESA E DIREITOS FUNDAMENTAIS

O DEVER CONSTITUCIONAL DE
DEVIDA DILIGÊNCIA NO EXERCÍCIO
DE ATIVIDADE ECONÔMICA

Em um cenário marcado por crescentes exigências sociais e ambientais dirigidas às empresas, o livro busca responder à seguinte pergunta: qual é a vinculação jurídico-constitucional da empresa para a incorporação da promoção e da proteção de direitos fundamentais entre seus objetivos sociais? Ao longo dos capítulos, a obra dedica-se ao desenvolvimento de uma teoria da eficácia dos direitos fundamentais no contexto empresarial. Conclui-se que há uma modalidade especializada de eficácia desses direitos nas relações que envolvem a empresa, concretizada pelo dever constitucional de devida diligência em direitos fundamentais. O livro apresenta os fundamentos jurídicos desse dever da empresa, a natureza da devida diligência em direitos fundamentais e o seu conteúdo, com parâmetros bem definidos para a sua aplicação.

Área específica

DIREITO CONSTITUCIONAL.

Áreas afins

DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO
EMPRESARIAL, DIREITO ECONÔMICO,
ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS.

Palavras-chave

Direito constitucional; direitos humanos; direitos fundamentais e empresas; eficácia dos direitos fundamentais; dever de devida diligência; princípios orientadores de empresas e direitos humanos; Nações Unidas.

FORMATO: 14,5 x 21,5 cm
CÓDIGO SANKHYA: 4306

G894e

Grynberg, Ciro

Empresa e direitos fundamentais: o dever constitucional de devida diligência no exercício de atividade econômica / Ciro Grynberg. Belo Horizonte: Fórum, 2025.

285p. 14,5x21,5cm

ISBN impresso 978-85-450-0896-5

ISBN digital 978-85-450-0897-2

1. Direito constitucional. 2. Direitos humanos. 3. Direitos fundamentais e empresas. 4. Eficácia dos direitos fundamentais. 5. Dever de devida diligência. I. Título.

CDD 342

CDU 342

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

GRYNBERG, Ciro. *Empresa e direitos fundamentais: o dever constitucional de devida diligência no exercício de atividade econômica*. Belo Horizonte: Fórum, 2025. 285p. ISBN 978-85-450-0896-5.

CIRO GRYNBERG

Doutor e Mestre em Direito Público pela UERJ. Secretário de Gestão de Precedentes do Supremo Tribunal Federal (2023–2025). Assessor de Ministro do Supremo Tribunal Federal (2017–2019). Subprocurador-Geral do Estado do Rio de Janeiro (2014–2017). Advogado e Procurador do Estado do Rio de Janeiro.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
Luís Roberto Barroso	17
APRESENTAÇÃO	
Ana Paula de Barcellos	23
INTRODUÇÃO	27
Apresentação do problema: porque as soluções existentes não são adequadas	30
Um problema de efetividade dos direitos fundamentais decorrente da indefinição de deveres relacionados à responsabilidade socioambiental corporativa	42
Hipótese, metodologia e tese do livro	48
Plano do livro	51
Do que o livro não trata	53
Esclarecimento terminológico: o conceito de direito fundamental ...	56
CAPÍTULO 1	
EMPRESAS E DIREITOS HUMANOS:	
NOTAS SOBRE UM CONTEXTO CONTEMPORÂNEO	63
1.1 Os fatores da ascensão de sistemas privados de proteção e promoção de direitos humanos, seus desafios e abordagens jurídicas	65
1.2 Por que empresas e direitos humanos?	76
1.3 Conclusão parcial: a necessidade de uma teoria constitucional de empresa e direitos humanos — o processo centrífugo de projeção de eficácia dos direitos fundamentais.....	83
CAPÍTULO 2	
EMPRESAS E DIREITOS HUMANOS: A PERSPECTIVA DO DIREITO INTERNACIONAL, SUAS POTENCIALIDADES E LIMITES.....	89
2.1 O sistema internacional de direitos humanos: dos Estados como sujeitos primários do Direito Internacional à afirmação de “eficácia horizontal”	90
2.2 Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos das Nações Unidas: o marco Ruggie e a introdução do conceito de devida diligência em direitos humanos	114
2.3 Os riscos de cerceamento de liberdades pela imposição de deveres à empresa: a atenção necessária ao discurso de deveres	132
2.4 Conclusão parcial: a relevância dos Princípios Orientadores de Empresas e Direitos Humanos — o apelo aos Estados para conformação de regimes internos de Empresas e Direitos Fundamentais	135
CAPÍTULO 3	
EMPRESAS E DIREITOS FUNDAMENTAIS: A EMPRESA E A CONSTITUIÇÃO	141
3.1 Os deveres corporativos na ordem econômica da Constituição: a exigência de gerenciamento de riscos socioambientais	143
3.2 A ilha do Direito Empresarial, a função social da empresa e os deveres fiduciários.....	154
3.3 Conclusão parcial: a responsabilidade socioambiental corporativa — da benemerência à constitucionalização.....	162
CAPÍTULO 4	
CONSTITUIÇÃO E EFETIVIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO CONTEXTO DA EMPRESA	171
4.1 Do Estado liberal ao Estado socioambiental de direito: as transformações das concepções de Estado e de direitos fundamentais.....	173

4.2	O reforço da eficácia jurídica da solidariedade como resultado de três grandes crises do século XXI: a afirmação de deveres de prevenção e precaução em relações privadas na jurisprudência do STF	180
4.3	A eficácia horizontal dos direitos fundamentais: a vinculação jurídica da responsabilidade socioambiental corporativa relacionada a direitos fundamentais	189
4.4	Por que a teoria de eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas não é suficiente: a necessidade de uma teoria especializada para a efetividade dos direitos fundamentais e para a segurança jurídica dos negócios	196
4.5	Conclusões parciais: Estados soberanos e poderes econômicos privados — transformações de sujeitos e de forma de proteção dos direitos fundamentais	202

CAPÍTULO 5

A TEORIA DE EFICÁCIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO CONTEXTO DA EMPRESA

5.1	Os deveres constitucionais corporativos derivados do respeito aos direitos fundamentais: o regime especializado de proteção atribuído às empresas	211
5.2	Os graus de vinculação diversos e mais brandos para a realização de direitos fundamentais pelas empresas: as empresas não são o Estado — o espaço de filantropia e voluntariado	220
5.3	O que a Constituição exige das empresas: o dever de devida diligência.....	229
5.4	Os deveres do Estado em relação ao sistema especializado de proteção dos direitos fundamentais atribuído às empresas.....	256

CONCLUSÃO

REFERÊNCIAS.....